



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11040.001844/98-41
Recurso nº. : 128.516
Matéria : EMBARGOS DECLARATÓRIO
Embargante : DRF/PELOTAS/RS
Embargada : QUARTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Interessado : ANTÔNIO ERNESTO BLOIS DE CASTRO
Sessão de : 07 de julho de 2005
Acórdão nº. : 104-20.833

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Matéria não objeto do Recurso Voluntário
não deve ser apreciada pelo Primeiro Conselho de Contribuintes.

Embargos Rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos declaratórios
interpuestos pela DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE PELOTAS/RS.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de
Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR os Embargos de Declaração,
mantendo-se o acórdão original, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o
presente julgado.

Maria Helena Cotta Cardozo
MARIA HELENA COTTA CARDOSO
PRESIDENTE

João Pereira do Nascimento
JOÃO PEREIRA DO NASCIMENTO
RELATOR

FORMALIZADO EM: 1.2 AGO 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN,
PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA, MEIGAN SACK RODRIGUES, MARIA BEATRIZ
ANDRADE DE CARVALHO, OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR e REMIS ALMEIDA
ESTOL.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11040.001844/98-41
Acórdão nº. : 104-20.833

Recurso nº. : 128.516
Interessado : ANTÔNIO ERNESTO BLOIS DE CASTRO

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos Declaratórios apresentados pela DRF em Pelotas/RS, contra decisão tomada por esta Câmara, através do Acórdão nº 104.19.352, cuja fundamentação encontra-se às fls. 179.

A Embargante faz referência aos embargos anteriormente interpostos às fls. 152 que ensejou o Acórdão acima mencionado e argúi aquela autoridade que, relativamente à parte do imposto com o qual o sujeito passivo efetuou o pagamento, o julgado não se manifestou sobre os argumentos do autuado no tocante à diferença de juros à taxa SELIC e dos juros à taxa de 1%, esta última inclusive já paga pelo autuado.

Argumenta a Douta Presidente, que no Despacho de nº 104-0.016/03 (fls. 155/156), teria ela destacado a devida omissão sobre o qual deveria o Colegiado manifestar-se.

Que no Acórdão embargado (104.19352), embora apreciada a exigência de juros à taxa SELIC, assim se manifestou o Conselheiro-relator, acompanhado à unanimidade pelo Colegiado:

“JUROS – TAXA SELIC – RECURSO PROVIDO – Se o recurso voluntário foi provido integralmente, com relação ao mérito, fica prejudicada a análise relativa à cobrança de juros com base na taxa SELIC”

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11040.001844/98-41
Acórdão nº. : 104-20.833

No entender da Embargante, teria permanecido no Acórdão omissão no tocante à taxa SELIC excedente aos juros de 1%, em relação à parte incontroversa no mérito, inclusive para, ou seja, imposto mais juros de 1%.

É o Relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11040.001844/98-41
Acórdão nº. : 104-20.833

V O T O

Conselheiro JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, Relator

Os Embargos de Declaração são tempestivos. A parte recorrente é legítima e possui interesse processual, estando portanto preenchidos os requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

Conforme relatado, o entendimento da embargante no que foi acompanhada pela Douta Presidente, teria permanecido no Acórdão omissão no tocante à taxa SELIC excedente aos juros de 1%, em relação a parte incontroversa já recolhida pelo contribuinte.

No que pese o brilhantismo e sapiência da Ilustrada Presidente, à época, este relator, *data vénia*, entende de forma diferente.

Isto porque, os presentes Embargos fazem referência a matéria incontroversa, uma vez que por ocasião do Recurso Voluntário o contribuinte já havia quitado a parte da exigência a que eles se prendem, não sendo portanto matéria objeto do recurso, de sorte que, s.m.j., este Colegiado não pode sobre ela se manifestar.

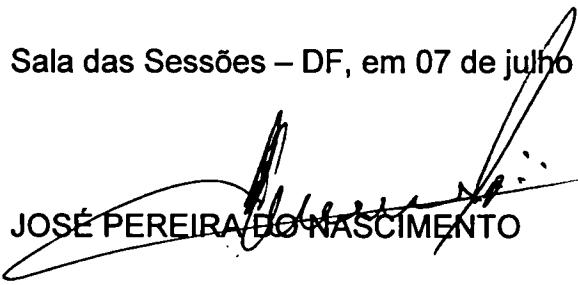
Assim é que, entendo que não se vislumbra qualquer omissão no Acórdão Embargado que pudesse justificar a sua reforma, de sorte que, os presentes Embargos de Declaração não merecem prosperar, devendo pois, serem rejeitados, já que trata-se de tão somente de matéria de execução.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 11040.001844/98-41
Acórdão nº. : 104-20.833

Sob tais considerações, meu voto é no sentido de rejeitar os Embargos de Declaração apresentados.

Sala das Sessões – DF, em 07 de julho de 2005


JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO